

## O RELATO DE VIAGEM DE GREGÓRIO JOSÉ MENDES (1785) E A TENTATIVA DE EXPANSÃO DA PRESENÇA PORTUGUESA AO SUL DE BENGUELA

THE TRAVEL REPORT OF GREGÓRIO JOSÉ MENDES (1785) AND THE ATTEMPT TO EXPAND THE PORTUGUESE PRESENCE TO THE SOUTH OF BENGUELA

Paulo Pereira Oliveira Matos<sup>1</sup>  
Mhamed el Bouzidi<sup>2</sup>

**Resumo:** Datam do final do século XVIII os primeiros movimentos oficiais para a ocupação portuguesa da região ao sul de Benguela. Em 1785, após comandar uma expedição de reconhecimento que alcançou o cabo Negro, o sertanejo português Gregório José Mendes escreveu um relato de viagem detalhado, o primeiro documento redigido com interesse específico na descrição das particularidades regionais. O artigo aborda a complexidade apresentada pelo relato, a partir da análise crítica da narrativa presente no documento. Mesmo com a utilização de conceitos eurocêntricos por Mendes em seu discurso, marcadamente na construção do “outro” africano, foi possível constatar o estabelecimento de múltiplas e complexas interações com as sociedades locais, cujos saberes foram fundamentais para a realização da expedição.

**Palavras-chave:** Benguela, Angola, relato de viagem.

**Abstract:** The first official movements towards the Portuguese occupation of the region south of Benguela date from the late eighteenth century. In 1785, after commanding a reconnaissance expedition that reached Cabo Negro, the Portuguese trader Gregório José Mendes wrote a detailed travel report, the first document elaborated with the specific interest in describing the particularities of the region. The article addresses the complexity presented in the report, based on a critical analysis of the narrative of the document. Even with the use of Eurocentric concepts by Mendes in his discourse, especially in the construction of the African "other", it was possible to notice the establishment of multiple and complex interactions with local societies, whose knowledge was essential for the expedition.

**Keywords:** Benguela, Angola, travel report.

### INTRODUÇÃO

Até a segunda metade do século XVIII, a região ao sul de Benguela era virtualmente desconhecida por Portugal. Embora os contatos comerciais entre afro-portugueses e portugueses e as

<sup>1</sup> Graduado em Serviço Social e em História pela Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro), e Mestre em História, com especialização em História de África, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Correio eletrônico: paulopomatos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7120-7282>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9861135838812924>.

<sup>2</sup> Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Mohammed V (cidade de Salé, Marrocos) e aluno do Mestrado de História, com especialização em História da África, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Correio eletrônico: mhamed@edu.ulisboa.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6659-9739>.

sociedades locais fossem frequentes e tivessem se intensificado a partir da publicação do Alvará Régio de 11 de janeiro de 1758, que flexibilizou o comércio no Loango, Congo, Angola e Benguela, havia um relativo desinteresse oficial na expansão da presença portuguesa em direção ao sul<sup>3</sup>. Contribuíam para isso as dificuldades na comunicação marítima com a região, causada pelos ventos e correntes contrários que dificultavam a navegação na direção sul; a percepção, pelos portugueses, das características físicas e ambientais locais como fatores limitantes para um estabelecimento de maior relevância; a resistência e a oposição das populações locais; os interesses das autoridades locais (sobas), que negociavam o trânsito das comitivas portuguesas e condicionavam a sua instalação nos territórios, conforme as próprias aspirações; a lucratividade do comércio de pessoas escravizadas, solidamente estabelecido a partir de Angola e Benguela<sup>4</sup>, que desencorajava novos investimentos de recursos e pessoal em outras regiões; e a necessidade de um constante direcionamento de pessoal militar para consolidar a defesa dos presídios existentes.

A desigualdade no interesse oficial português pelos diferentes espaços geográficos resultou em um desequilíbrio na produção do conhecimento europeu. Enquanto na bacia do rio Congo, em Luanda, nos presídios portugueses ao longo do rio Cuanza e em Benguela, o envolvimento de administradores coloniais, militares e missionários, entre outros, com as diversas formações políticas, foi amplamente registrado pelas fontes, servindo como subsídio para a escrita histórica, foram raras as citações à região ao sul de Benguela. As principais referências documentais à região faziam alusão, basicamente, aos naufrágios ocorridos nas proximidades do cabo Negro, feição situada a cerca de 400 quilômetros de Benguela<sup>5</sup>.

Foi somente no terço final do século XVIII, com o início do fomento oficial da administração colonial à realização de expedições de reconhecimento, que informações detalhadas sobre a região ao sul de Benguela passaram a ser recolhidas pelos portugueses. Os relatos resultantes dessas expedições se tornaram fontes históricas basilares para a historiografia, reunindo um conjunto de

---

<sup>3</sup> Até aquele momento, o comércio do interior esteve vinculado aos capitães-mores dos presídios, aos missionários e aos habitantes locais que tinham permissão para transitar no interior, referidos nas fontes como “negros descalços”. Sobre o assunto, ver Miller (1988, p. 572-580). Sobre o Alvará Régio, ver Portugal (1830, p. 584-586).

<sup>4</sup> O termo “Angola”, quando utilizado sem complementos, refere-se à Capitania-Geral do Reino de Angola, à época uma possessão portuguesa na região centro-ocidental do continente africano, centrada na cidade de São Paulo de Luanda e englobando o seu *hinterland*. Para evitar ambiguidades, ao se referir ao território atual de Angola, utilizou-se a expressão “República de Angola”. Ao se referir ao cargo de Capitão-General e Governador da Capitania-Geral do Reino de Angola, utilizou-se o termo “Governador de Angola”. Analogamente, ao se referir ao cargo de Governador do Reino/Capitania de Benguela, utilizou-se o termo “Governador de Benguela”. Ao se referir ao cargo de secretário de Estado da Marinha e do Ultramar do Reino de Portugal, utilizou-se o termo “secretário do Ultramar”.

<sup>5</sup> Em 19 de novembro de 1673 o governador nomeado para Angola, Pedro César de Meneses, faleceu em um naufrágio ocorrido nas proximidades do cabo Negro (Arquivo Histórico Ultramarino, 1674, p. 1r-2r). Em 1767 naufragou o navio francês *A Augusta*, destinado ao comércio de pessoas escravizadas, sendo os sobreviventes levados até Benguela (Arquivo Histórico Ultramarino, 1767, p. 1r-1v). Em 1770, um naufrágio nas proximidades do cabo Negro motivou a constituição de uma expedição de reconhecimento ao local (Arquivo Histórico Ultramarino, 1785a, anexo, p. 1r-2v).

saberes inéditos sobre a região. Ainda que a análise crítica desses relatos indique a utilização de uma perspectiva eurocêntrica nos discursos que construíram as narrativas, sendo a ação colonizadora exaltada e as sociedades locais intencionalmente invisibilizadas, não pode se desconsiderar a relevância dos documentos para o estudo da história da região.

Dos relatos de viagem resultantes das expedições, um merece destaque pelo detalhamento como foi escrito, à exemplo:

*A Descrição itinerária da derrota que por ordem dos srs. da junta de comissão estabelecida na cidade de S. Filipe de Benguela, pelo ilmo. e exmo. sr. Barão de Moçâmedes, governador e capitão general do Reino de Angola e suas conquistas, fez o sargento-mor Gregório José Mendes, da mesma cidade até ao porto de Moçâmedes, na angra do Negro, em 15° de latitude S., com o exame dos sertões compreendidos entre estes pontos, apresentada à mesma junta em 1 de janeiro de 1786 (Arquivo Histórico Ultramarino, 1786a, p. 54r-64r)<sup>6</sup>.*

O documento foi redigido pelo sertanejo português Gregório José Mendes, morador de Benguela e reconhecido comerciante de pessoas escravizadas, que havia sido nomeado, pelo governador de Angola, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de Albergaria, o Barão de Moçâmedes (1784-1790), comandante de um dos segmentos terrestres da expedição de reconhecimento realizada em 1785.

Devido ao seu detalhamento, a descrição itinerária foi rotineiramente utilizada como fonte pela historiografia. No entanto, a complexidade encerrada pelo documento foi pouco abordada pelos historiadores – um relato de viagem escrito por um comerciante português com interesses particulares na região (notadamente em mercês e em privilégios no comércio de pessoas escravizadas), investido de um considerável poder militar (comandando uma expedição com mais de 1.000 homens que contava com, pelo menos, 400 armamentos), utilizando um discurso direcionado à uma audiência específica (o governador de Angola e o secretário do Ultramar) e compondo uma narrativa que visava defender o projeto de colonização modelado pessoalmente pelo Barão de Moçâmedes.

Durante o Estado Novo em Portugal, os historiadores portugueses que trataram da região ao sul de Benguela privilegiaram a leitura do documento por meio de uma perspectiva celebrativa do empreendimento colonial. Foram enxertados adjetivos e advérbios de intensidade que não estavam presentes no relato original, transformando a expedição em uma ação épica e romanceada. Mendes foi caracterizado como um “arrojado explorador” (Delgado, 1944, v. 2, p. 188), mobilizado pelo “amor da glória, que tão desinteressadamente floria na sua alma simples [...] esforçando-se para captar [...] pela retidão e bondade, a sua confiança [das populações locais]” (Dias, G., 1937, p. 70), ou como o “bom Gregório, com a sua vaidade, o seu desinteresse e a sua valentia” (Dias, G., 1948, p. 209).

---

<sup>6</sup> Deste ponto em diante, as citações ao Arquivo Histórico Ultramarino serão realizadas utilizando o acrônimo AHU.

Após o final do Estado Novo, em 1974, houve uma alteração de perspectiva da historiografia, que passou a receber contributos de historiadores de outras partes do mundo, marcadamente brasileiros, passando o relato de viagem a ser analisado como um documento que refletiu diretamente os diferentes interesses portugueses na região ao sul de Benguela. Ainda que a abordagem tenha sido diferente, não se aprofundou a discussão sobre a complexidade apresentada pelo documento, chave para a compreensão do momento histórico em que a fonte foi produzida.

O presente trabalho aborda essa complexidade, a partir de uma análise crítica do relato de viagem sob o ponto de vista de sua natureza textual, percebendo como a narrativa foi construída e quais as agendas estiveram presentes no discurso do sertanejo, de forma a compreender a motivação para a inserção de determinados termos ou de situações específicas. A investigação indicou que o discurso do sertanejo foi construído em torno de seus interesses particulares, principalmente a garantia de privilégios no comércio de pessoas escravizadas, ressaltando os supostos benefícios que a introdução do trato comercial, em regiões pretensamente intocadas e supostamente desconhecidas por europeus, teria para o Erário Real português. Embora o relato tenha sido construído com a utilização textual de conceitos eurocêntricos, marcadamente na construção do “outro” africano, foi possível apontar a relevância dos saberes africanos para o sucesso na realização da travessia. O relato detalhou apenas marginalmente os contatos realizados com as sociedades locais; porém, a apreciação crítica permitiu apontar a existência de uma diversidade de interações ocorridas entre os diferentes grupos humanos, nem sempre percebidas com nitidez pelo comandante da expedição.

## 1. CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICA E INTERESSES

O cabo Negro, região de confluência entre duas correntes costeiras (corrente costeira de Benguela e corrente costeira de Angola), era um ponto notável conhecido dos navegadores, que impulsionados pelos ventos e correntes favoráveis, realizavam travessias marítimas de longo curso que demandavam os portos localizados ao norte, como Benguela, Luanda e Loango<sup>7</sup>. Inscrições encontradas em agosto de 1785 pelo tenente-coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, em pedras situadas na Torre do Tombo, promontório ao sul de Moçâmedes, indicavam que a localidade havia sido visitada por navegadores de diferentes proveniências (AHU, 1785e, p. 1r-1v). De forma análoga, o *hinterland* de Benguela<sup>8</sup> era uma região complexa e dinâmica, onde ocorriam migrações,

<sup>7</sup> Para um estudo sobre as correntes costeiras e oceânicas que atuam na região, ver Webb (2012, p. 13).

<sup>8</sup> Considerou-se o *hinterland* de Benguela como uma região, no interior da colônia, estendendo-se para o leste (em direção ao planalto da Huíla) e para o sul (em direção ao cabo Negro e ao deserto do Kalahari), incluindo regiões sob o controle nominal português, como o presídio de Caconda, e regiões onde não havia presença colonial, não obstante serem áreas percorridas por afro-portugueses e portugueses, sobre as quais Benguela exercia alguma influência. Para um panorama abrangente da região, das sociedades locais e da resposta ao estabelecimento de relações com os portugueses, ver Candido (2013, p. 239).

interações sociais e trocas comerciais. Os sertanejos afro-portugueses e portugueses eram práticos das travessias das rotas comerciais e acumulavam conhecimentos, se inserindo no cotidiano das sociedades locais e fornecendo produtos europeus (fazendas portuguesas, como panos e missangas), em troca de pessoas escravizadas, marfim e gado (Gonçalves, 2020, p. 191-222; Vieira, 2006, p. 58-69).

Outros relevantes agentes históricos foram as populações locais, que se estabeleceram como importantes construtores de conhecimento. As sociedades se relacionaram, por intermédio do comércio, da diplomacia, das guerras e das múltiplas formas de relação de dependência instituídas, em períodos anteriores à chegada dos europeus, em interações milenares que resultaram em uma ampla partilha de ideias e de práticas sociais e políticas (Dias, J., 1998, p. 324). Os saberes produzidos e acumulados permitiram a apropriação, a cultura e a habitação de extensas áreas, além do estabelecimento de rotas de comunicação de longa distância. No século XVIII as migrações populacionais, como a das sociedades pastoris identificadas como “Hereros”, em direção ao oeste e ao sul, reconfiguraram a demografia local (Carvalho, 1999, p. 65; Vansina, 2004, p. 108). Disputas pelo poder agitaram a região, tendo os sobas se envolvido em conflitos e alianças entre si e com os representantes da administração colonial portuguesa, que evitavam se posicionar em favor de um dos lados em conflito, procurando estabelecer alianças, por meio de tratados de vassalagem, e garantir o acesso às rotas comerciais interiores (AHU, 1785, p. 1r. 24; AHU, 1786a, p. 59v)<sup>9</sup>.

Os primeiros movimentos oficiais para a ocupação da região ao sul de Benguela ocorreram na segunda metade do século XVIII, com a iniciativa do governador de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772), de fundar povoações no *hinterland* de Benguela e de organizar uma expedição de reconhecimento ao cabo Negro. No final de 1768, o governador ordenou que a população de origem portuguesa, que transitava pelo interior, se juntasse em agrupamentos fixos, nos quais seriam montadas estruturas administrativas para o desenvolvimento de povoações brancas (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1768, doc. 8, p. 1-2; Santos, 2005, p. 131-151). E, em 1770, o sertanejo João Pilarte da Silva foi designado pelo governador para “examinar aqueles caminhos e sítio, e procurar os naufragados que ali tinham dado à costa em um navio” (AHU, 1785a, anexo, p. 1r)<sup>10</sup>.

Esses movimentos refletiam uma intensificação da mobilização de interesses que já se apresentavam desde períodos anteriores. Com a abertura do comércio do interior, em 1758, o negócio

<sup>9</sup> Para uma discussão sobre os tratados de vassalagem, acordos estabelecidos entre representantes portugueses e as chefaturas locais, muitas vezes com a utilização de coerção e ameaças, ver Heintze (1980, p. 111-131).

<sup>10</sup> Nas transcrições e citações de textos de época, a língua portuguesa foi atualizada para os padrões linguísticos vigentes. A grafia dos topônimos e das formações políticas seguiu o uso e a nomenclatura atuais, quando se tratou de nomes que ainda existem. Ao citar termos africanos, utilizou-se a grafia em língua portuguesa.

de pessoas escravizadas tomou novo impulso e alcançou regiões mais distantes, ampliando o que o historiador Joseph C. Miller denominou de “fronteira de escravidão” (Miller, 1988, p. 148). O reposicionamento do presídio de Caconda, em 1769, possibilitou uma maior participação dos comerciantes portugueses nas redes comerciais do interior de Benguela. O projeto de travessia entre as costas do continente africano, outro pilar do plano para ocupação, foi reorientado para as proximidades de Benguela. Sousa Coutinho, afirmava ser a travessia “a maior obra que pode fazer um vassalo português, e obra extremamente fácil” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1773-1775, p. 2r-2v). O governador buscava uma apropriação da região por colonos brancos e a disseminação dos valores europeus pelo interior, pela via do comércio.

Outro interesse era a garantia da soberania portuguesa. O naufrágio de uma embarcação francesa dedicada ao comércio de pessoas escravizadas, nas proximidades do cabo Negro em 1767, indicou que a costa era frequentada por navios estrangeiros que atuavam à margem do controle oficial português (AHU, 1767, p. 1r-1v). Em 9 de março de 1770, Sousa Coutinho ordenou ao capitão-mor de Benguela, José Vieira de Araújo, que preparasse a defesa da fortaleza da cidade para um possível desembarque de tropas francesas embarcadas em um navio de guerra. que se movimentava em direção ao cabo Negro (Biblioteca Nacional de Portugal, 1770a, p. 155v-156r). E, em 28 de abril de 1770, o governador advertiu a Araújo sobre as supostas atividades conduzidas pelos tripulantes de uma embarcação inglesa nas proximidades do cabo Negro, que teria “saído dali muito enamorada da situação, e da abundância de negros daquela enseada” (Biblioteca Nacional de Portugal, 1770b, p. 176r-177v).

O relato da expedição de reconhecimento de 1770, escrito por João Pilarte da Silva, retratou o cabo Negro e seus arredores como áreas agrestes, com escassos recursos hídricos e de acesso dificultoso, sendo habitadas por sociedades hostis aos estrangeiros (AHU, 1785a, anexo, p. 2v). As informações contrariavam os relatórios anteriormente tramitados por Sousa Coutinho à Coroa portuguesa, que mencionavam uma terra fértil e um clima semelhante ao europeu (AHU, 1769, p. 5r), contribuindo para a interrupção do projeto colonizador, que permaneceu estagnado nos quinze anos seguintes. A povoação civil mais meridional estabelecida por Sousa Coutinho, Alba Nova, havia sido abandonada e, para além de Benguela, a presença oficial portuguesa se restringia ao presídio de Caconda, onde o capitão-mor tinha autoridade apenas nominal, e a um pequeno entreposto militar no distrito de Quilengues, a meio caminho entre Moçâmedes e Caconda (Dias, G., 1957, p. 11; Dias, J., 1998, p. 365-366).

Ao norte de Luanda, a presença estrangeira era cada vez mais frequente. Em 1783, uma expedição militar portuguesa à Cabinda, visando expulsar os franceses que ali comerciavam, teve resultados desastrosos, sendo as forças portuguesas derrotadas e o comércio entre as sociedades locais

e os franceses se fortalecido (AHU, 1784, p. 1r-1v). Ao sul de Benguela, o trânsito de navios estrangeiros era continuamente registrado. O governador de Benguela, António José Pimentel e Castro (1779-1784), informou à Coroa portuguesa a presença de embarcações francesas, sugerindo a ocupação e a fortificação do cabo Negro como uma forma de prevenção à atuação estrangeira. Segundo Castro, a construção de fortificações ao norte de Luanda, onde os franceses estavam acostumados a comerciar, aliada à abundância de pessoas escravizadas, marfim e cera no entorno do cabo Negro, resultaria na reorientação das ações francesas para a região ao sul (AHU, 1782a, p. 1r; AHU, 1782b, p. 1r; AHU, 1783, p. 1r).

Ciente da ameaça representada pelos franceses ao norte, e precavendo-se de uma possível ocupação ao sul de Benguela, o governador de Angola, o Barão de Moçâmedes, elaborou um plano para a expansão da presença oficial portuguesa, o “projeto de cabo Negro” (AHU, 1786c, p. 28v-31v). Embora mais robusto do que o anteriormente apresentado por Sousa Coutinho, o plano também se ressentia de um maior detalhamento geográfico regional. A relação escrita pelo comandante da expedição de 1770 havia sido desacreditada pelo Barão de Moçâmedes: “Não me devendo o menor conceito a relação de João Pilarte a cabo Negro, inteirado da sua ignorância, e má conduta, assim como de quase todos os nossos sertanejos” (AHU, 1785c, p. 59r-59v). Assim, planejou-se uma nova expedição, integrando meios marítimos e terrestres, para realizar o reconhecimento e fundar uma feitoria, que seria o núcleo inicial de ocupação portuguesa. Visava-se, também, encontrar riquezas minerais, revivendo as expectativas criadas pelo conquistador Manuel Cerveira Pereira, por ocasião da fundação de Benguela:

“Lembrando-se sempre de que, anunciando-nos as notícias antigas da Conquista de Benguela abundantes minas de cobre, de que chegou mandar amostras V. Exa. o governador Manuel Cerveira Pereira, em 1621, nada temos tido a fortuna de adiantar, nem de fazer algumas descobertas, reduzindo todo o nosso comércio aos escravos, ao marfim e cera, de que certamente se deve prover abundância, mas a que não é justo se limite a nossa indústria” (AHU, 1785c, p. 59r).

Para o sucesso do “projeto de cabo Negro”, era fundamental o apoio do governador de Benguela, pois a proximidade geográfica àquela colônia facilitaria o apoio logístico. No entanto, as relações entre as administrações coloniais eram conturbadas. Desde a sua fundação, Benguela alternara momentos de relativa autonomia jurisdicional e de subordinação em relação à Angola, situação que se alterou definitivamente em 20 de dezembro de 1779, quando a Rainha D. Maria I ordenou a criação do governo subalterno de Benguela, subordinado administrativamente à Angola (AHU, 1779, p. 1r-3v). Ao mesmo tempo em que a medida elevou o patamar de importância de Benguela, estabelecendo a figura do governador como chefe político (Benguela era, até aquele

momento, governada pelos capitães-mores nomeados pelo governador de Angola), a decisão também reforçou a sujeição em relação àquela colônia.

Os governadores de Benguela foram críticos dessa subordinação, notadamente Pedro José Correa de Quevedo Homem de Magalhães (1784-1788). Em diferentes ofícios, ele reclamou das ordens recebidas do Barão de Moçâmedes, que resultavam, em suas palavras, no florescimento daquela colônia (Angola), em detrimento de Benguela, reduzindo os lucros do comércio de marfim e de pessoas escravizadas (AHU, 1785b, p. 1v). Magalhães queixava-se, ainda, da falta de apoio da administração de Angola em relação ao provimento do dinheiro para o pagamento das relações comerciais cotidianas de Benguela e do soldo dos militares (AHU, 1785b, p. 2r-2v; AHU, 1786e, p. 2v). Durante o seu governo, as reclamações foram recorrentes, tendo como pano de fundo a subordinação de Benguela à Angola e os desacordos com o Barão de Moçâmedes. O governador de Angola, por sua vez, se queixou da inação e da oposição política dos administradores de Benguela. Em ofícios de 11 e 28 de novembro de 1785, o Barão de Moçâmedes mencionou o tempo dispendido para resolver os conflitos causados por Magalhães, sugerindo a sua substituição por alguém de sua confiança. O ofício de 11 de novembro de 1785 reuniu acusações de cumplicidade com comerciantes franceses. Um dos relatos coligidos foi o do capitão-tenente António José Valente:

“Por isso tenho a honra de pôr na presença de V. Exa. que esta cidade e presídio muito parece mais de franceses do que de portugueses, desde o dia oito de julho tem entrado neste porto quatro navios franceses [...] Logo que dão fundo vem os oficiais para terra, vão à casa do governador, e logo tanto ele como as suas equipagens, ficam senhores da cidade passeando de dia, e noite, com a mesma franqueza que fazem os nossos portugueses” (AHU, 1785f, anexo, p. 1r).

As desavenças políticas refletiram-se nos planos para a ocupação da região ao sul de Benguela. Enquanto o projeto do Barão de Moçâmedes previa a exploração a partir do estabelecimento de uma povoação no cabo Negro, Magalhães propunha a construção de um presídio às margens do rio Cunene, a leste-sudeste de Benguela, a fim de possibilitar o controle das rotas comerciais que traziam pessoas escravizadas do interior, além do marfim e da cera (AHU, 1785a, p. 4v; AHU, 1785b, p. 3r). Naquele momento, Benguela era um polo exportador de pessoas escravizadas, atividade que atingira o seu auge em 1784. O marfim era abundante, e na falta de dinheiro para os pagamentos diários na cidade de Benguela, eram utilizadas pontas do material como moeda corrente (AHU, 1785b, p. 1v-2v). Ciente da oposição de Magalhães e visando sobrepujar os obstáculos por ele impostos, o Barão de Moçâmedes nomeou uma junta de providências a ser organizada em Benguela, composta majoritariamente por aliados políticos seus, investida de poderes para organizar e apoiar a expedição (AHU, 1786c, p. 28v-31v).

## 2. A EXPEDIÇÃO DE RECONHECIMENTO DE 1785

Após meses de negociação e de pressão da junta de providências, a expedição teve a sua partida autorizada por Magalhães, sendo constituída por um segmento marítimo e dois segmentos terrestres complementares. Por via marítima, participaram a fragata Nossa Senhora do Carmo de Luanda, um escaler à remo e uma lancha com suprimentos. A fragata partiu de Benguela em maio de 1785, enquanto o escaler, conduzindo Pinheiro Furtado e o capitão-tenente António José Valente, saiu de Benguela em 7 de agosto e encontrou a fragata em 31 de agosto. Após a realização de ações conjuntas, a fragata retornou à Benguela, enquanto o escaler prosseguiu em direção ao sul até o cabo Negro, explorando as reentrâncias da costa e retornando à Benguela em 22 de setembro de 1785 (AHU, 1786d, anexos 1 e 2).

Duas comitivas terrestres foram organizadas: a primeira foi comandada pelo capitão António José da Costa, sendo composta por cerca de cem homens dos batalhões de Angola e de Benguela, e tinha o objetivo de atingir as cabeceiras do rio Cunene. Ali, a expedição deveria reconhecer o local e punir os sobas considerados rebeldes, que estariam alegadamente atacando os comerciantes portugueses em deslocamento à Benguela. A comitiva transitou durante dois anos e três meses, entre setembro de 1785 e dezembro de 1787, não sendo possível indicar qual terá sido o seu itinerário, em virtude de apenas parte do relato de viagem elaborado durante a expedição ter sido publicado. Sem ter alcançado o curso inferior do rio Cunene, a expedição terá chegado até o cabo Negro (AHU, 1787a, p. 1v-2r; Silva, 1813, v. 1, 97 – 100; v. 2: 86 – 98; v. 3: 49 – 60; v. 6, 71-77). Em 1787, após denúncias de comerciantes locais e do governador Magalhães, relatando ações violentas, extorsões, chantagens e prejuízos ao comércio causados pela comitiva, o Barão de Moçâmedes ordenou o encerramento da expedição e o seu regresso à Benguela (AHU, 1786e, p. 1r-1v; AHU, 1791a, p. 4r-4v; AHU, 1791b, p. 1v).

A segunda comitiva foi comandada pelo sertanejo português Gregório José Mendes, morador de Benguela desde 1766 e que havia sido nomeado sargento-mor de ordenança da cidade em 1780 (AHU, 1780, p. 1r). Mendes não fazia parte da junta de providências criada pelo governador de Angola, e a sua participação na expedição de reconhecimento somente foi acordada após o sertanejo ter se apresentado ao local de reunião da junta e se voluntariado para comandá-la e para arcar com os custos decorrentes (Corrêa, 1937, v. 2, p. 130). Gozando das liberdades e isenções que o cargo lhe proporcionava, Mendes exercia uma grande influência nas atividades econômicas locais, chegando a

dispor de seis navios sob a sua responsabilidade fundeados na baía de Benguela, sendo um reconhecido comerciante de pessoas escravizadas no interior (AHU, 1786d, p. 2r)<sup>11</sup>.

A expedição reuniu cerca de 1050 pessoas, sendo vinte soldados de Benguela, e o restante habitantes locais recrutados nos arredores da cidade, junto aos negociantes de pessoas escravizadas a quem Mendes estava associado (AHU, 1786d, p. 1r; Corrêa, 1937, v. 2, p. 131). A agregação de tamanho quantitativo foi percebido, pelo Barão de Moçâmedes, como um capricho de Mendes<sup>12</sup>, e inseria um grau de dificuldade maior ao planejamento e à logística da expedição. Contudo, a opção se mostrou fundamental para o trânsito por espaços geográficos densamente habitados, nos quais havia a probabilidade de encontrar maiores resistências, e para a expedição de assaltos e a demonstração de poder junto às populações locais:

“E para assegurar a subsistência da expedição me vi constrangido a expedir dois assaltos, para que nomeei 700 negros, dirigidos por dois cabos mulatos, filhos do país, em que incluíam 120 armas de fogo, com o objeto de captura de gados, que suprissem ao sustento no resto da marcha” (AHU, 1786a, p. 55v).

Mendes apontou que “por um método semelhante [...] se poderá conseguir que os mesmos negros que me escoltaram tornem, sendo, porém, necessário que se avisem e façam juntar com antecipação de dois meses” (AHU, 1786a, p. 63v). Não restou assente qual teria sido o método utilizado para reunir tal comitiva; porém, como durante a expedição foi capturado um quantitativo de gado superior ao necessário para o autossustento da comitiva, pode-se supor que esses roubos tenham sido um dos atrativos para a formação da comitiva.

É possível supor, ainda, que tais razias e roubos estivessem incluídos no planejamento inicial da expedição, bem como a captura de pessoas entre as populações locais para servirem como guias. No dia 14 de outubro, quinze dias após o início da marcha, todos os provimentos já haviam sido consumidos. Até aquele momento, tinham sido atravessados cerca de noventa quilômetros do trajeto, treze por cento da distância total a ser percorrida. Foi a essa altura da viagem que Mendes se referiu pela primeira vez, no relato, às questões de subsistência:

“Então vi que toda a gente que me acompanhava, chegava ao número de 1038 negros, os quais, com as suas comitivas, consumiam por dia, ordinariamente, dez bois com trinta carneiros [...] este gado capturado aos selvagens, e autorizado com a necessidade, subiu a 500 bois, com 2.000 carneiros, que supriram até chegar à angra do Negro” (AHU, 1786a, p. 55v).

<sup>11</sup> Sobre as atividades comerciais de Mendes, e o seu engajamento na expedição de reconhecimento, escreveu ironicamente o militar luso-brasileiro Elias Alexandre da Silva Corrêa, que testemunhou o momento histórico em Angola: “Vamos admirar Mendes, metamorfoseado de negociante de negros, em coronel de Infantaria” (Corrêa, 1937, v. 2, p. 348-349).

<sup>12</sup> “Dando-lhe o pequeno auxílio da tropa que podia, a que ele por bazófia agregou um poder de negros, marchando dos subúrbios da cidade com um corpo de 1030 homens” (AHU, 1786c, p. 28v-31v).

A comitiva partiu de Benguela em 30 de setembro e retornou à cidade em 29 de dezembro de 1785. Mendes recebeu, antes da partida da expedição, um mapa de instrução elaborado por Pinheiro Furtado, com informações sobre pontos notáveis e referências topográficas. Além disso, um soldado que esteve embarcado no segmento marítimo da expedição de reconhecimento foi incorporado à expedição terrestre, servindo como guia. Trinta e cinco dias foram gastos no trajeto de ida, realizado com poucas paragens longas – a maior parada foi de sete dias, na altura do rio Dongue Amuxito, visando a realização de um assalto para a captura de gado. No regresso, a travessia demorou cinquenta e seis dias, tendo a comitiva se detido por oito dias nas proximidades do rio Bero, em virtude da realização de um novo assalto em busca de gado (o que se repetiria em pelo menos três ocasiões). A expedição acampou, ainda, nas terras do Bumbo, na encosta da serra da Chela, e nas proximidades do monte do Bambo (AHU, 1785d, p. 3v; AHU, 1786a, p. 54r-64r).

### 3. A DESCRIÇÃO ITINERÁRIA

O relato foi redigido com a preocupação de inventariar geográfica e demograficamente a região e de referendar, junto à administração colonial, os conhecimentos prévios que Mendes possuía. Foi encaminhado à Portugal como um dos anexos a um ofício redigido pelo Barão de Moçâmedes, datado de 18 de janeiro de 1786, e atualmente encontra-se arquivado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Trata-se de um documento complexo, construído a partir das observações *in loco* realizadas por Mendes, mas também pela recolha de uma série de informações provenientes de habitantes locais coagidos e capturados durante a expedição. No relato foram mencionados oito informantes (ou grupos de informantes), que desempenharam funções de guias para a comitiva, apontando os caminhos em direção ao interior e as passagens existentes entre montanhas, e de intérpretes, tanto na comunicação *per se*, quanto na interpretação das ações das sociedades locais.

Foram coletadas informações sobre os hábitos e cultura das populações. Segundo Mendes, o informante contactado em 14 de outubro, teria informado que seu grupo habitava as furnas e se sustentava do leite dos seus gados, de caça e de répteis e vermes que encontravam (AHU, 1786a, p. 56v). Sobre o modo de governança, o mesmo informante teria reportado à Mendes que o grupo não possuía governantes estabelecidos (AHU, 1786a, p. 57v). Mendes relatou, ainda, que os informantes contactados nos dias 23 de outubro e 3 de novembro teriam mencionado a existência de chefias, além da informação de que os habitantes do Bumbo não teriam tido contato comercial anterior com europeus, informação obtida nos dias 3 e 17 de novembro (AHU, 1786a, p. 58v).

#### 3.1 - Interesses mobilizados

Embora o Barão de Moçâmedes tenha informado à Coroa portuguesa que Mendes se voluntariara para comandar a expedição por vaidade e a organizaria às suas custas, sem requisitar recursos oficiais ou pagamento pela sua atividade, tal fato deve ser questionado. A organização de uma comitiva que contava com mais de mil pessoas, e a sua administração e manutenção por aproximadamente três meses, resultaria num dispêndio financeiro considerável. O que teria feito o sertanejo arcar com as despesas, que lhes eram imprevistas, já que a sua participação na expedição foi somente decidida após a reunião da junta de providências em Benguela? Quais seriam os reais interesses de Mendes em relação à expedição? Uma primeira resposta pode ser encontrada na carta escrita por Mendes ao Barão de Moçâmedes, em 2 de janeiro de 1786, na qual o sertanejo deixou claro as suas expectativas:

“Desejo merecer, por via de tão honrado mecenas, a remuneração dos meus grandes trabalhos, com uma despesa considerável da minha fazenda, que tudo fiz em obséquio a Sua Majestade, excitado das honrosas expressões de V. Exa, estimulando-me com elas a minha atividade, zelo e desinteresse” (AHU, 1786b, p. 52v).

Em um trecho posterior, Mendes reafirmou o caráter incomum e heroico da expedição, comparando os seus feitos aos do militar brasileiro Rafael Pinto Bandeira, comandante de expedições militares que ampliaram as fronteiras brasileiras no interior do Rio Grande do Sul:

“Em conclusão, devo lembrar a V. Exa. que os serviços de Pinto Bandeira não foram mais relevantes que os meus, se Sua Majestade me animar com o prêmio que eu espero merecer ainda para o futuro, com maiores progressos no seu real serviço, e despesa que aquele não fez” (AHU, 1786b, p. 53v).

A descrição itinerária fornece, ainda, outras indicações. Embora o objetivo da expedição fosse atingir o cabo Negro, o ponto mais meridional atingido foi o porto de Moçâmedes (angra do Negro), cerca de setenta quilômetros ao norte. Tal fato não foi contestado pelo Barão de Moçâmedes nos documentos que sucederam a expedição, sinalizando ter havido um interesse específico, de ambas as partes, no apuramento daquela região. O trajeto da expedição também não foi aleatório. Em uma região com uma rede de drenagem diversificada, buscou-se avançar por vales de rios específicos, como rio Bero. Assim, pode-se supor terem existido informações prévias sobre as áreas consideradas mais aptas ao estabelecimento da feitoria. O conhecimento prévio de Mendes sobre a região restou assente em passagens nas quais o sertanejo discorreu detalhadamente sobre a configuração política da região:

“Aqui seria fácil prover-me de muitos mais mantimentos do que achei, se a destrutiva invasão, forjada em Catala, os não tivesse proximamente destruído com o auxílio do sova de Auyla e Gonga ou Canina, que não podendo sofrer que o Jau, seu escravo, seja mais poderoso que ele, convoca e lhe dirige semelhantes ataques para aniquilar

estas dilatadíssimas províncias, que de outro modo prosperariam, ficando assim sucessivamente débeis” (AHU, 1786a, p. 59v).

Ao atravessar o rio Coporolo, Mendes relacionou as autoridades que ali se situavam:

“As margens deste rio são habitadas por cinco potentados que reconhecem o domínio português: o primeiro [...] é o já dito Muene Calunga (senhor do mar); segundo, Muene Mama; terceiro, Capembe; quarto, Muene Chela; e quinto, Muene Quizamba. Este é o mais próximo de Benguela e todos abundam de muitos gados, bois, cabras, ovelhas; todos resistem até à violência por não venderem os gados; mas [...] presenteiam com eles por costume o chefe das expedições que transitam pelos seus domicílios, igualmente com alguns mantimentos, tais como feijão, milho e algum aipim” (AHU, 1786a, p. 54v).

### 3.2 - Ação das sociedades locais

A resistência ao trânsito da expedição foi constante. Embora Mendes tenha minimizado a relevância dessas ações, diversas informações sobre ataques à comitiva constam do relato. No dia 9 de outubro, na travessia do rio Dongue Amuxito, houve o primeiro ataque:

“Fui, contudo, mais feliz conseguindo que o chefe de alguns outros habitantes que neste lugar se ocupam da pesca de zimbo, se viesse submeter com os seus reconhecendo vassalagem; em consequência os fiz vestir de pano, e ele me forneceu um dos seus negros que, como guia me acompanhou [...] Alguns de seus vizinhos pretenderam na minha chegada oporem-se, porém, alguma força os fez mais dóceis” (AHU, 1786a, p. 55r).

Nos dias 10 e 11 de outubro, Mendes descreveu uma negociação realizada para o trânsito da comitiva pelo litoral: “Demorei-me a fim de oferecer aos negros comunicação e trato menos receoso de sua parte, o que não foi sem efeito” (AHU, 1786a, p. 55r-55v). No dia 25 de novembro houve um outro relato de ataque:

“Em 25, por meio de inteligências sórdidas, se resolveram os do Bumbo a vir reconhecer obediência, gosto que vi interrompido na mesma noite com o ataque de outros povos que ficam na margem esquerda, que com grande algazarra, e muitas flechas, nos certificavam da repetição da cena no seguinte dia, a que fiz responder-lhes que, bem que não era minha intenção molestá-los, sendo eles agressores, experimentaríamos todo o rigor das armas; semelhante declaração motivou entre os meus grande desordem nesta noite” (AHU, 1786a, p. 61r).

Embora a região do Bumbo tenha sido apontada como o sítio preferencial para o estabelecimento da feitoria, o espaço geográfico não era vazio. Novos ataques das populações locais, ameaçadas pelo trânsito de um contingente fortemente armado em seu território, ocorreram entre os dias 26 de novembro e 1º de dezembro: “Para a parte do norte do Bumbo há outros potentados, fortificados na mesma serra, que me inquietaram por muitas noites com flechadas sobre o acampamento” (AHU, 1786a, p. 61v). As hostilidades prosseguiram no dia 2 de dezembro, com a invasão do acampamento montado pela expedição ao norte do Bumbo:

“Estes negros pretenderam aqui surpreender-me de noite, com o ardil de um negro, que de gatinhas pretendia entrar no campo e incendiar-me a pólvora, tentativa que lhe custou a vida, porque sendo descoberto, o fiz imediatamente enforcar em uma árvore, em que ficou suspenso no dia 2 para horror e exemplo dos seus” (AHU, 1786a, p. 61v-62r).

A resistência apresentada pelas sociedades buscava expulsar os estrangeiros e estava relacionada, também, à tentativa de reaver o gado roubado anteriormente pela expedição. Os animais acompanhavam a comitiva que, pelo seu tamanho, prosseguia em um ritmo lento. Isso ensejou uma tentativa de recuperação do gado, pelas populações locais, entre 4 e 6 de dezembro:

“Cessaram as flechadas nos dias 4 e 5, mas em 6 de tarde se descobriu um assalto do inimigo, com o fim de furtar o nosso gado que andava pastando, a que se acudiu, e recobrou sem perda de parte a parte, retirando-se o gentio” (AHU, 1786a, p. 62r).

A alegada “docilidade” dos povos avassalados, mencionada por Mendes em diferentes trechos do relato de viagem, foi uma construção narrativa que não coincidiu com o encontrado pela expedição no terreno. A informação da pouca resistência ao trânsito da expedição, a ser lida pelas autoridades coloniais e pela Coroa, era de vital importância para a autorização e para o apoio ao estabelecimento comercial vinculado ao sertanejo. Por esse motivo os atos de resistência foram pouco assinalados, sendo marginais à narrativa, construída por um discurso que enalteceu a exequibilidade e as vantagens econômicas decorrentes da ocupação da região.

Houve outras formas de interação, como o estabelecimento de embaixadas, a negação e o condicionamento ao acesso à determinadas áreas. O soba do Bumbo, por exemplo, não autorizou a entrada de portugueses nos seus domínios e, nos dias 26 e 28 de novembro, mandou representantes até o acampamento da comitiva, montado no sopé da serra da Chela, que se identificaram a Mendes e informaram que o seu chefe não se apresentaria ao sertanejo. Para convencê-lo, Mendes ofereceu o envio de um refém branco, em sinal de que não teria intenções beligerantes. Os representantes não aceitaram, pedindo pela presença específica de um dos integrantes da comitiva expedicionária, denominado Moindo dos Cuandos, habitante das proximidades do litoral que acompanhava voluntariamente (segundo a narrativa de Mendes) a comitiva desde a localidade de São João da Quimina. Somente após a reunião com o Moindo dos Cuandos, o soba aceitou se deslocar até o acampamento (AHU, 1786a, p. 61r-61v).

O motivo pelo qual a personagem Moindo dos Cuandos havia se juntado à expedição não restou assente durante a narrativa. Uma hipótese é a de que ele fosse um informante infiltrado, repassando informações sobre o deslocamento da expedição. Outra possibilidade é a de que ele fizesse parte da mesma sociedade do planalto, e que se encontrasse comerciando ou estabelecendo relações junto à outras sociedades. A solicitação específica por seu nome suscitou possibilidades que não

foram percebidas – ou não foram transcritas – por Mendes. Contudo, o relato da presença de Moindo dos Cuandos exemplificou uma interessante e relevante forma de interação entre as sociedades e a comitiva expedicionária: a integração ao convívio diário da expedição, a fim de extrair informações e repassá-las às autoridades locais. Como a expedição contava com mais de mil pessoas, era virtualmente impossível coordenar a entrada e saída de participantes ou controlar o trânsito das informações.

Ainda em relação ao soba do Bumbo, Mendes relatou que ele havia se prontificado a acompanhar a comitiva até os limites do território, supostamente em sinal de boa vontade:

“Em 1º de dezembro, depois que o novo avassalado Bumbo teve sossegado os seus, quis espontaneamente guiar-me, como efetivamente fez até os seus confinantes pelo norte andando seis léguas sempre próximos à serra, da qual saem vários regatos de agua, que fertilizando toda esta baixa, excessivamente povoada, formam um ribeiro de agua, que desemboca em outro do Bumbo” (AHU, 1786a, p. 61v).

A proposta do soba, entretanto, pode ser compreendida como um direcionamento do trânsito da comitiva expedicionária, em uma negação ou restrição da circulação pelo interior.

### 3.3 - A construção do “outro africano”

As anotações sobre os costumes e as características das populações foram realizadas com o objetivo de construir um conhecimento que permitisse, à administração colonial, ter subsídios para futuros projetos de ocupação e exploração. Foi através de um filtro eurocêntrico que a região e seus habitantes foram observados, utilizando os estereótipos disseminados à época. Os habitantes locais foram adjetivados como “selvagens”, “gentios” e “despossuídos de cultura”; caracterizados pela constituição física (“este gentio é bem figurado, e fornido de membros”); quando avassalados, eram considerados “dóceis” (AHU, 1786a, p. 59v).

Mendes construiu uma “hierarquia” entre as sociedades, de acordo com conceitos pré-definidos sobre o que seria o “processo civilizador”: a sedentarização, o conhecimento de técnicas agrícolas e a realização de comércio, entre outros estágios. No primeiro grupo, encontravam-se as populações contactadas na travessia do rio Dongue Amuxito: “um gentio, de idioma gutural, desentendido de todos os negros que me acompanhavam [...] este gentio parece ainda muito distante de todas as vias de comércio” (AHU, 1786a, p. 55r-55v). Segundo Mendes, o grupo não possuiria um governo constituído, habitando esparsamente as franjas dos montes e vivendo do leite de seus gados, da caça e da coleta de frutos silvestres e da pesca. A utilização do estalo na linguagem é um indicativo da possível relação entre essas sociedades e as populações “Mocorocas”, anteriormente contactadas pelos portugueses, nas proximidades da foz do rio Curoca e do cabo Negro, pelo capitão José da Rosa

em 1665 e por João Pilarte da Silva em 1770 (Cadornega, 1972, v. 2, p.172-174; AHU, 1785a, anexo, p. 1v-2r).

O segundo grupo descrito por Mendes fazia parte de uma sociedade pastoril nômade, criadores de gado bovino (do qual possuíam grande quantidade) e de carneiros, e que não praticavam a agricultura. Habitavam a área entre o porto de Moçâmedes e o vale do rio Bero, e foram identificados no relato como Cubales ou Cobaes, nome relacionado ao rio que corria pelas suas terras. O terceiro grupo, uma sociedade pastoril que possuía conhecimentos agrícolas, foi contactada na travessia em direção à região conhecida como Bumbo, designados como Mucuanhangues<sup>13</sup>. Sobre a sociedade, Mendes escreveu: “contudo, já se abrigam com a proteção de cabanas ou palhoças barreadas com bosta e barro amassado, que a força do sol consolida” (AHU, 1786a, p. 59v), indicando não serem nômades, de forma oposta aos grupos que haviam sido encontrados anteriormente. De acordo com Mendes, cultivariam feijão, milho e tabaco, utilizando técnicas específicas de plantio e de represamento de água por açudes. Nas proximidades do monte do Bambo, semelhantes observações foram realizadas: “A subida do monte [...] é singularmente povoada de negros meio civilizados [...] os habitantes domicíliam em aldeias; plantam milho e feijão na mesma proporção que os do Bumbo e seus confinantes” (AHU, 1786a, p. 62v-63r). Mendes apontou que seriam os maus tratos dos portugueses que frequentavam aquela região o principal motivo das populações rejeitarem o contato e o comércio com os portugueses: “até agora estes gentios foram rebeldes, porque os que aqui têm passado têm sido para destruí-los, e tomar-lhes os seus gados [bovinos], que possuem em número infinito” (AHU, 1786a, p. 63r).

Mendes justificou a escolha dos locais mais propícios à ocupação pela fartura de gado bovino, o que permitiria a alimentação dos colonos portugueses, e pelo conhecimento técnicas agrícolas pelas populações, o que tornaria desnecessária a importação de mão-de-obra para fins agrícolas. Apontar esses fatores e demonstrar um conhecimento detalhado das sociedades locais foi a estratégia utilizada para ressaltar a exequibilidade da ocupação da região.

### 3.4 - “Os fiz vestir de panos”

Em diferentes pontos da descrição itinerária, Mendes citou a captura de habitantes locais que, ao serem posteriormente libertados, foram vestidos com panos ofertados pela expedição. A expressão “os fiz vestir de pano”, recorrente no relato, pode ser entendida através de diferentes significados: fazer com que os habitantes se vestissem como os colonos europeus, alterando o seu *status quo* e os “civilizando”; ou tornar a utilização da vestimenta um símbolo do avassalamento e da subjugação das

---

<sup>13</sup> Segundo Ruy Duarte de Carvalho, a denominação terá sido uma referência a serra chamada Cuanhangue, hoje conhecida por Vinganjanja (Carvalho, 1999, p. 39).

populações; ou ainda apresentar às sociedades os panos europeus, para fomentar o interesse pelo produto e a abertura de uma nova via comercial. Outra possibilidade é de que a oferta de vestimentas como presentes significasse atos de paz e boa vontade, sugerindo que o relacionamento entre a comitiva e as sociedades se desse por meio de contatos pacíficos: “se aprisionou uma negra selvagem, que fiz vestir para que fosse mostrar aos seus segurando-os das nossas pacíficas intenções” (AHU, 1786a, p. 55v-56r).

A análise crítica do relato indicou uma combinação dessas intenções nos diferentes contatos realizados. A utilização de vestimentas foi percebida, por Mendes, como um marco civilizador a ser incutido no universo cognitivo das sociedades, como pode ser percebido pelos trechos da descrição: “se bem que pela primeira vez visse panos, não pôde resolver-se abandonar o seu antigo traje de coiros, que conduziu consigo” (AHU, 1786a, p. 59v), e “me responderam que não absolutamente, sem outro conhecimento para vestir-se que o mais antigo de todos os povos do mundo: as peles dos seus gados e carneiros” (AHU, 1786a, p. 59v). A característica da vestimenta seria uma evidência da diferença do estágio evolutivo dos portugueses, estabelecendo uma hierarquia onde a dicotomia “branco civilizado” *versus* “negro não civilizado” se impunha.

### 3.5 - Circulação do conhecimento

Mendes concluiu favoravelmente pelo estabelecimento da feitoria na região do Bumbo, o que reforçou o projeto delineado pelo Barão de Moçâmedes para a ocupação da região ao sul de Benguela. As notícias do pretense “sucesso” da expedição, e a informação do encontro de terras férteis e com abundante mão-de-obra, foram instrumentalizadas politicamente pelo Barão de Moçâmedes, reforçando a sua solicitação por um maior quantitativo de recursos humanos, econômicos e bélicos, com a finalidade de ocupar a região (AHU, 1786d, p. 1). O governador de Angola utilizou o relato de viagem como um trunfo político ao encaminhá-lo para Portugal, algo que o sertanejo sabia que ocorreria, tendo isso em mente – a audiência que teria acesso à descrição itinerária – por ocasião da redação do documento.

As informações colhidas durante a expedição foram aproveitadas por Pinheiro Furtado, que produziu um plano e um mapa, ambos de grande escala, representando a região entre Benguela e o cabo Negro, entre 1785 e 1786 (Furtado, 1785, 1786). Posteriormente, em 1790, o militar produziu uma carta geográfica mais abrangente, representando desde a foz do rio Zaire até a região ao sul do cabo Negro (Furtado, 1825). Essa representação, embora não incluísse informações do interior para além do rio Cunene, estendeu a territorialização das possessões centro-africanas portuguesas, no sentido norte-sul, para limites próximos dos atuais. A região ao sul de Benguela, representada

cartograficamente com detalhamento pela primeira vez, era assim inserida no imaginário colonial português.

O relato de viagem, após a tramitação para a metrópole, foi arquivado, sem que fossem tomadas providências imediatas para a sua circulação ou divulgação. De forma análoga, não houve ratificação, por parte da Coroa portuguesa, do “projeto de cabo Negro”, do qual o relato de viagem era peça fundamental. A primeira publicação de trechos da descrição itinerária foi realizada pelo viajante inglês Thomas Edward Bowdich em *An account of the discoveries of the portuguese in the interior of Angola*, em 1824 (Bowdich, 1824, p. 26-64; Lima, 1846, v. 3, p. 43; Mota, 1964, p. 178). A primeira transcrição completa do documento foi feita por Antonio Augusto de Oliveira, no artigo *Primeiras explorações no sul de Angola*, escrito para o Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1887, sendo essa a referência utilizada pela historiografia que se ocupou da região ao sul de Benguela (Oliveira, 1887, p. 449-450).

## CONCLUSÃO

A escolha pelo nome de Gregório José Mendes para o comando da expedição de reconhecimento de 1785 refletiu a sua experiência no trato com as autoridades locais, o conhecimento dos costumes e das línguas do interior e, principalmente, a capacidade de reunir uma numerosa comitiva com os seus próprios recursos (AHU, 1786d, p. 1r-2v; Corrêa, 1937, v. 2, p.13). O saber prático tornava os sertanejos a escolha mais adequada e coerente para o comando das expedições, viagens que tiveram um forte cunho comercial e cujos trajetos seguiram os corredores de comunicação estabelecidos previamente pelas populações africanas. A utilização dos saberes desses personagens garantiu, à administração colonial, uma relevante economia de recursos, enquanto possibilitava, aos sertanejos, privilégios comerciais livres das regras e dos controles das administrações coloniais.

Mendes buscou retratar a expedição como uma epopeia, engrandecendo a ação dos integrantes da comitiva e exacerbando a relevância da comunicação estabelecida com as sociedades locais, reportando esses contatos como pioneiros e fadados ao sucesso comercial. As sociedades, por seu turno, constaram do relato como acessórios do avanço colonial, sendo-lhes negada quaisquer possibilidades de ação. Mendes buscou atender aos seus próprios interesses, indicando uma suposta boa receptividade das populações à sua presença, em um local virtualmente desconhecido pelos europeus, ao mesmo tempo em que reforçava o projeto político pessoal do Barão de Moçâmedes. Para Mendes, os resultados foram significativos: após a conclusão da expedição, o sertanejo foi recompensado com o cargo honorífico de coronel da Legião dos Descobertos do Sul e Diretor de seus Estabelecimentos, e com a autorização para o estabelecimento de uma feitoria exclusiva (fundada em

1786, no sopé da serra da Chela, com o nome de São Florêncio do Bumbo). Para o governador de Angola, no entanto, os resultados foram pífios, uma vez que a Coroa portuguesa não ratificou o seu plano de ocupação. A falta de apoio foi traduzida pelo silêncio sobre o assunto, nos dois anos seguintes à realização da expedição. O Barão de Moçâmedes lamentou a falta de respostas aos ofícios e a ausência de orientações em relação à ocupação:

“Empenhando-me em maiores conhecimentos de todo o Reino [...] fiz o esforço de explorar o sul desta costa por mar, e terra, a fim de captar o ânimo do gentio, de lhe introduzir o nosso comércio, e de nos dispormos a estabelecer um presídio para cabo Negro, antes que os estrangeiros ao norte e ao sul nos entalassem. Esperei até 1786, que Sua Majestade aprovasse os meus desígnios, e que as suas Reais ordens os ilustrassem, auxiliando-me com as forças requeridas [...] Tem decorrido a maior parte do ano de 1787, estão completos os três anos da minha missão em África, e não cedendo o meu zelo a nenhum na fidelidade, vivo na desconsolação de me faltarem os auxílios, e incerto do agrado da Soberana” (AHU, 1787b, p. 46r-48r).

Embora o discurso de Mendes tenha privilegiado a ação dos colonos portugueses e silenciado intencionalmente sobre as sociedades contactadas pela expedição, a importância dos saberes locais restou assente no relato, tendo os habitantes desempenhado funções importantes para o trânsito da comitiva, como guias e intérpretes, além de outras funções pouco ou não ressaltadas pelo sertanejo, como carregadores, cabos encarregados da disciplina, negociadores, caçadores e outros. O percurso pelo interior, retratado por Mendes como tendo sido realizado sem percalços ou dificuldades, foi conduzido através das rotas comerciais abertas e percorridas pelas comitivas africanas nos séculos anteriores, sendo a presença e o trânsito da comitiva constantemente negociado com as autoridades locais. Acessos foram permitidos ou negados de acordo com os interesses dos sobas que, por vezes, estabeleceram tratados de vassalagem com os portugueses, visando obter privilégios comerciais e formar alianças militares. Além desses acordos, que eram percebidos pelos portugueses como a sujeição das autoridades locais ao seu poderio bélico, outras múltiplas relações e interações, forçadas, negociadas, disfarçadas e acordadas, ocorreram entre os portugueses e as populações do *hinterland* de Benguela, em muitos casos não percebidas nitidamente pelos próprios portugueses.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Fundo do Conselho Ultramarino. **Consulta do Conselho Ultramarino ao Príncipe Regente D. Pedro, de 12 de julho de 1674**. Série Angola, cx. 11, doc. 1342. 1674.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador e capitão-general de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar,**

**Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 30 de outubro de 1767.** Série Angola, cx. 51, doc. 52. 1767.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador e capitão-general de Angola D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 18 de outubro de 1769.** Série Angola, cx. 53, doc. 71. 1769.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, ao novo governador de Benguela, António José Pimentel Castro de Mesquita, de 20 de dezembro de 1779.** Série Angola, cx. 62, doc. 102. 1779.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Requerimento de Gregório José Mendes à Rainha D. Maria I, de 15 de novembro de 1780.** Série Angola, cx. 63, doc. 57. 1780.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela António José Pimentel e Castro de Mesquita, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 16 de junho de 1782.** Série Angola, cx. 65, doc. 14. 1782a.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela António José Pimentel e Castro de Mesquita, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 20 de novembro de 1782.** Série Angola, cx. 65, doc. 101. 1782b.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela António José Pimentel e Castro de Mesquita, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 27 de janeiro de 1783.** Série Angola, cx. 66, doc. 8. 1783.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 15 de dezembro de 1784.** Série Angola, cx. 69, doc. 50. 1784.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela, Pedro José Correia de Quevedo Homem e Magalhães, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 24 de fevereiro de 1785.** Série Angola, cx. 70, doc. 5. 1785a.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela, Pedro José Correia Quevedo Homem e Magalhães, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 4 de maio de 1785.** Série Angola, cx. 68, doc. 12. 1785b.

\_\_\_\_\_. Livro de Registo de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola. **Ordem que deve executar a tropa transportada na fragata Loanda, que se destina à**

exploração dos sertões de Benguela, foz do rio Cunene e altura do cabo Negro, de 21 de maio de 1785. Códice 1642. 1785c.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do tenente-coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado ao governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, de 22 de setembro de 1785.** Série Angola, cx. 70, doc. 48. 1785d.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do tenente-coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, ao governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, de 4 de outubro de 1785.** Série Angola, cx. 70, doc. 52. 1785e.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 11 de novembro de 1785.** Série Angola, cx. 70, doc. 56. 1785f.

\_\_\_\_\_. Livro de Registo da Correspondência com o Reino, da Secretaria do Governo-Geral de Angola. **Descrição itinerária da derrota que por ordem dos srs. da junta de comissão estabelecida na cidade de S. Filipe de Benguela, pelo ilmo. e ex. sr. Barão de Moçâmedes, governador e capitão general do Reino de Angola e suas conquistas, fez o sargento-mor Gregório José Mendes, da mesma cidade até ao porto de Moçâmedes, na angra do Negro, em 15° de latitude S., com o exame dos sertões compreendidos entre estes pontos, apresentada à mesma junta em 1 de janeiro de 1786.** Códice 1643. 1786a.

\_\_\_\_\_. Livro de Registo da Correspondência com o Reino, da Secretaria do Governo-Geral de Angola. **Carta de Gregório José Mendes para o governador de Angola, Barão de Moçâmedes, de 2 de janeiro de 1786.** Códice 1643. 1786b.

\_\_\_\_\_. Livro de Registo de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola. **Carta do governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, a José de Siabra e Silva, de 12 de janeiro de 1786.** Códice 1642. 1786c.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 18 de janeiro de 1786.** Série Angola, cx. 71, doc. 7. 1786d.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela, Pedro José Correia de Quevedo Homem e Magalhães, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 18 de agosto de 1786.** Série Angola, cx. 71, doc. 45. 1786e.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do naturalista e secretário do Governo de Angola, Joaquim José da Silva, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 20 de maio de 1787.** Série Angola, cx. 72, doc. 19. 1787a.

\_\_\_\_\_. Livro de Registo de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola. **Carta do governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, ao Arcebispo Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha, de 12 de agosto de 1787.** Códice 1642. 1787b.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do capitão-tenente António José Valente ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 3 de fevereiro de 1791.** Série Angola, cx. 76, doc. 8. 1791a.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do capitão-tenente António José Valente ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 8 de fevereiro de 1791.** Série Angola, cx. 76, doc. 9. 1791b.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Fundo Conde de Linhares. **Bando que ordena as feiras nos sertões de Benguela e Caconda, de 23 de setembro de 1768.** Maço 46 (1765/1774). Código (PT/TT/CLNH/0046/08). 1768.

\_\_\_\_\_. Fundo Conde de Linhares. **Memórias do Reino de Angola e suas conquistas, escritas por D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão-general do mesmo Reino (1773-1775).** Maço 44. Código (PT/TT/CLNH/0044/02), p. 2r-2v. 1773-1775.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Microfilmes – Cartas e ordens do governador de Angola, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. **Carta do governador e capitão-general de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao capitão-mor de Benguela, José Vieira de Araújo, de 9 de março de 1770.** Cota F. 6377, vol. II. 1770a.

\_\_\_\_\_. Microfilmes – Cartas e ordens do governador de Angola, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. **Carta do governador e capitão-general de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao capitão-mor de Benguela, José Vieira de Araújo, de 28 de abril de 1770.** Cota F. 6377, vol. II. 1770b.

BOWDICH, Thomas Edward. **An account of the discoveries of the portuguese in the interior of Angola and Mozambique.** Ed. John Booth. Londres: Howlett and Brimmer, 1824.

CADORNEGA, António de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas,** anotado e corrigido por José Matias Delgado. Vol. 3. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1972.

CANDIDO, Mariana P. **An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CARVALHO, Ruy Duarte de. **Vou lá visitar pastores: exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuwale (1992-1997).** Lisboa: Edições Cotovia, 1999.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola.** Vol. 2. Lisboa: Editora Ática, 1937.

DELGADO, Ralph. **Ao sul do Cuanza: ocupação e aproveitamento do antigo Reino de Benguela.** Vol. 2. Lisboa: Imprensa Beleza, 1944.

DIAS, Gastão de Sousa. **Pioneiros de Angola: explorações portuguesas no sul de Angola (séculos XVII e XVIII).** Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937.

\_\_\_\_\_. **Julgareis qual é o mais excelente...: figuras da História Angolana.** Lisboa: Museu de Angola, 1948.

\_\_\_\_\_. **A cidade de Sá da Bandeira.** Sá da Bandeira: Gráfica da Huíla, 1957.

DIAS, Jill. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord). **O Império Africano (1825-1890).** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

FURTADO, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro. **Plano de uma parte da costa ocidental de África compreendida entre a cidade de São Filipe de Benguela e a grande enseada das Areias, examinada pelo tenente-coronel engenheiro Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e pelo tenente do Mar e Armada Real António José Valente.** Lisboa, [s. n.], 1785. Petipé de 10 léguas, 46,2 x 32,4 cm. Arquivo Histórico Ultramarino. Fundo Cartografia Manuscrita. Código PT/AHU/CARTM/001/00279.

\_\_\_\_\_. **Mapa de uma parte da costa ocidental de África compreendida entre a cidade de São Filipe de Benguela e a enseada das Areias, examinada pelo tenente-coronel engenheiro Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e pelo tenente do Mar e Armada Real António José Valente, em que se nota a marcha feita nos sertões limítrofes pelo sargento-mor Gregório José Mendes.** Lisboa, [s. n.], 1786. Petipé de 12 léguas. Arquivo Histórico Ultramarino. Fundo Cartografia Impressa. Código PT/AHU/CARTI/001/00335.

\_\_\_\_\_. **Carta geográfica da costa ocidental da África, compreendida entre 5º e 19º de lat. sul, mostrando parte do Congo, e os Reinos de Angola e Benguela.** Paris: [s. n.], 1825. Escala 1:9800, 52,6 x 36,7 cm. Disponível em: <https://purl.pt/33036/1/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GONÇALVES, Ivan Sicca. Às margens do Império, por dentro dos sobados: estratégias comerciais de sertanejos e centro-africanos no Planalto Central Angolano (décadas de 1840 a 1860). **Faces de Clio**, v. 6, n. 11 (2020). p. 191-222. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/29692/20792> Acesso em 25 mar. 2023.

HEINTZE, Beatrix. **Luso-African feudalism in Angola?** The vassal treaties of the 16th to the 18th century. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1980.

LIMA, José Joaquim Lopes de. **Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África ocidental e oriental; na Ásia ocidental; na China, e na Oceania**. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.

MILLER, Joseph C. **Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730–1830**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MOTA, Avelino Teixeira da. **A cartografia antiga da Africa Central e a travessia entre Angola e Moçambique, 1500-1860**. Lourenço Marques: Sociedade de Estudos de Moçambique, 1964.

OLIVEIRA, Antonio Augusto de. Primeiras explorações no sul de Angola. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 7ª série, no. 7. p. 417-453. 1887.

PORTUGAL Alvará de 11 de janeiro de 1758. **Alvará para ser livre o Comércio de Angola, e dando certas providências ao mesmo respeito**. Collecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, p. 584-586, 1830. Disponível em: [http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id\\_partes=105&acao=ver&pagina=607](http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=105&acao=ver&pagina=607). Acesso em: 25 mar. 2023.

SANTOS, Catarina Madeira. **Um Governo ‘polido’ para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c. 1800)**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

VANSINA, Jan. **How societies are born: governance in West Central Africa before 1600**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2004.

VIEIRA, Carla da Costa. **Os portugueses e a travessia do continente africano: projetos e viagens (1755 - 1814)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

WEBB, Paul; ROMERO, Julio (org). **Introduction to Oceanography**. Bristol: Roger Williams University, 2012. Disponível em: <https://openlibrary-repo.ecampusontario.ca/jspui/handle/123456789/944>. Acesso em: 25 mar. 2023.